



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO VIII -- N.º 137

DISTRITO FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se no Palácio da Câmara dos Deputados, nos dias 15 - 16 - 21 - 22 - 23 - 28 - 29 e 30 de outubro, 4 - 5 - 6 - 11 - 12 - 13 - 13 e 19 de novembro, 2 - 3 - 4 e 9 de dezembro do ano em curso, as 21 horas, conhecerem dos vetos presidenciais aos projetos de leis abaixo especificados:

Data	PROJETO N.º		EMENTA	Data	PROJETO N.º		EMENTA
	Câmara	Senado			Câmara	Senado	
15 out.	3.930-53	82-57	Regula a contagem de tempo de serviço para os paraquedistas militares.	4 nov.	2.249-57	126-58	Altera dispositivos da Legislação do Imposto de Consumo.
16 out.	117-56	124-57	Cria taxa especial para propagandas do café no exterior.	5 nov.	1.006-56	27-58	Inclui nas funções de extranumerário mensalista das tabelas únicas do Ministério da Marinha os professores do Colégio Naval, dos Centros de Instrução, das Escolas de Aprendizes Marinheiros e Escolas Técnicas Profissionais e de outras providências.
16 out.	2.158-56	238-57	Dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.	5 nov.	1.497-56	306-56	Transfere para o Ministério de Educação e Cultura, o Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública.
16 out.	1.239-56	201-57	Assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção "post mortem".	6 nov.	3.285-57	94-58	Fixa vencimentos de juizes e membros do Ministério Público e dá outras providências.
17 out.	2.620-57	142-57	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.	11 nov.	2.234-57	84-58	Cria o Fundo Portuário Nacional, Taxa de Melhoramentos dos Portos e dá outras providências.
21 out.	1.546-56	50-57	Cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.	12 nov.	916-56	102-58	Estende aos contínuos e serventes dos órgãos autárquicos e paraestatais da União, assim também compreendidas as Estradas de Ferro e Empresas de Navegação incorporadas ao Patrimônio da União, e do Serviço Público Federal, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei n.º 1.721, de 4 de novembro de 1952.
22 out.	382-55	293-56	Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no país e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros.	18 nov.	2.460-57	30-57	Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para socorrer as vítimas da explosão de Gramacho, em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, e do incêndio em Guaratinguetá Estado de São Paulo.
22 out.	1.876-56	25-58	Efetiva nos postos de graduação e agrega aos respectivos quadros os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.	19 nov.	1.181-56	88-57	Reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências.
25 out.	1.966-56	194-57	Cria o Fundo de Marinha Mercante e dá outras providências.	2 dez.	476-56	101-56	Dispõe sobre o Código do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.
28 out.	1.439-51	92-56	Ampara os militares e civis que tenham servido em fábricas, usinas, arsenais e estabelecimentos do país que estiveram sob regime militar no período da guerra.	3 dez.			
28 out.	763-51	70-57	Dispõe sobre aposentadoria dos servidores civis que trabalhem em estabelecimentos industriais da União que fabricam munições e explosivos.	4 dez.			
28 out.	2.270-57	6-58	Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra.	9 dez.			
29 out.	3.939-58	75-58	Estende aos segurados de todos os Institutos de Previdência Social os benefícios do art. 3.º e respectivos parágrafos da Lei n.º 3.322, de 26 de novembro de 1957.				
30 out.	2.217-56	74-58	Fixa os efetivos dos oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.				

Senado Federal, 10 de outubro de 1958. — Apolônio Sales, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente - João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente - Senador Apolônio Salles.

1. Secretário - Senador Cunha Mello.

2. Secretário - Senador Freitas Cavalcanti.

3. Secretário - Senador Victorino Freire.

4. Secretário - Senador Domingos Velasco.

1. Suplente - Senador Mathias Olympio.

2. Suplente - Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes

Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspas Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Líder: Filinto Müller

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saulo Ramos.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeiras.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Reginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novaes Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles - Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Velasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional.
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 33,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

- Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

- A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

- Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

- O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes - Presidente.

Daniel Krieger - Vice-Presidente.

(1) Gilberto Marinho.

Benedito Valadares

Gaspas Veloso.

Ruy Carneiro (2).

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.

(2) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.

Secretário - Odenegus Gonçalves Leite.

Reuniões - Quartas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg - Presidente (1)

Fernandes Fávora - Vice-Presidente.

Alô Guimarães (2).

Mendonça Clark.

Lima Teixeira (3).

Alencastro Guimarães

Argemiro de Figueiredo.

Juracy Magalhães (4).

Lino Prestes

(1) Lameira Bittencourt.

(2) Gilberto Marinho.

(3) Lima Guimarães.

(4) Mario Motta.

Secretária: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões - Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira - Presidente.

Publio de Mello - Vice-Presidente

Gilberto Marinho.

Mem de Sa

Saulo Ramos.

Ezequias da Rocha (1).

Reginaldo Fernandes.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua.

Secretário: Diva Gallotti.

Reuniões - Sextas-feiras, às 15,30 horas

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho - Presidente

Vivaldo Lima - Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna

Lima Guimarães.

Onofre Gomes (1).

Paulo Fernandes

Daniel Krieger (2).

Carlos Lindenberg

Mathias Olympio

Fausto Cabral

Juracy Magalhães

Julio Leite

Onofre Mader.

Lino de Mattos.
Novaes Filho
Aura Moura Andrade.
Suplentes

Gaspas Veloso.
Otacilio Jurema.
Mourão Vieira.
Atílio Vivacqua
Lino Prestes.
Mem de Sa

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.

Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Reuniões - Sextas-feiras, às 10,30 horas

Comissão de Redação

1 - Ezequias da Rocha - Presidente (*)

2 - Sebastião Archer - Vice-Presidente

3 - Publio de Mello.

4 - Rui Palmeira.

5 - Saulo Ramos (**).

(*) Substituído, interinamente pelo Senador Ribeiro Casado

(**) Substituído, interinamente pelo Senador Francisco Gallotti

(***) Substituído, interinamente pelo Senador Mourão Vieira.

Secretária - Cecília de Rezende Martins

Reuniões - Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas - Presidente.

Georgino Aveirino.

Bernardes Filho - Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Lourival Fontes (4).

Gomes de Oliveira.

Rui Palmeira (3).

Moura Andrade

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Teixeira.

(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

(4) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Guimarães.

Secretário: J. B. Castelo Branco.

Reuniões - Quartas-feiras, às 16 horas

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes - Presidente.

Alô Guimarães - Vice-Presidente.

Pedro Ludovico

Ezequias da Rocha.

Vivaldo Lima

Secretária: Diva Gallotti.

Reuniões - Quartas-feiras, às 15 horas

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira - Presidente.

Ruy Carneiro - Vice-Presidente.

(1) Lameira Bittencourt

Prinno Beck (2).

Lino de Mattos.

Waldemar Santos.

Sylvio Curvo.

João Arruda

Armando Rodrigues.

(1) Substituído pelo Sr. Ribeiro Casado.

(2) Substituído pelo Sr. Moreira Filho.

Reunião - Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário - Paulo de Carvalho Müller.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
 Calado de Castro — Vice-Presidente.
 Pedro Ludovico.
 Moreira Filho.
 Alencastro Guimarães.
 Silvío Curvo (1).
 Jorge Maynard.
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.
 Secretária: Romilda Duarte
 horas.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 17h

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
 Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
 Ari Vianna.
 Abelardo Jurema.
 Calado de Castro.
 Neves da Rocha.
 Mem de Sá.
 Secretária: Ily Rodrigues Alves.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comunicações e Obras Públicas

Comissão de Transportes,

Jorge Maynard — Presidente.
 Neves da Rocha — Vice-Presidente.
 Waldemar Santos.
 Coimbra Bueno.
 Novais Filho (1).
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
 Secretária: Maria Cherubina Costa.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

Comissão de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Filinto Müller.
 Secretário: José da Silva Lisboa.
 Reuniões — Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
 Mem de Sá — Vice-Presidente.
 Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
 Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
 Lameira Bitencourt.
 Francisco Arruda — Secretário.

Comissão de Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
 Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
 Atílio Vivacqua — Relator.
 Alberto Pasquani (1).
 Lino de Mattos.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Prímio Beck
 Reuniões — Quintas-feiras.
 Secretário: Sebastião Veiga

Comissão de Estudos do Projeto do Edifício destinado ao Senado Federal em Brasília.

Cunha Mello — Presidente.
 Francisco Gallotti — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Coimbra Bueno (1).
 Jorge Maynard.
 Mourão Vieira.
 Isaac Brown — Consultor Técnico.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Frederico Nunes.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.
 Secretário — Alva Lúcio Rodrigues.

Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
 Ruy Carneiro.
 Argemiro de Figueiredo.
 Reginaldo Cavalcanti.
 Othon Mäder.
 Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
 Aarão Steinbruch — Relator Geral.
 Tarso Dutra.
 Jefferson Aguiar.
 Cunha Mello — Presidente.
 Moura Fernandes.
 Licurgo Leite.
 Lourival de Almeida.
 Estanundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
 2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
 3 — Atílio Vivacqua.
 4 — Jorge Maynard.
 5 — Lima Teixeira.
 Secretária: Cecília de Razzande Martins.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.
 Fernandes Távora — Vice-Presidente.
 Gaspar Velloso — Relator Geral.

Mourão Vieira.
 Francisco Gallotti.
 Gilberto Marinho.
 Atílio Vivacqua.
 Frederico Nunes.
 Prímio Beck.
 Secretário — José Geraldo da Cunha.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
 Lima Guimarães — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Ruy Carneiro.
 Saulo Ramos.
 Gaspar Velloso.
 Lourival Fontes.
 Calado de Castro.
 Alvaro Adolpho.
 Aló Guimarães.
 Moreira Filho.
 Argemiro de Figueiredo.
 João Villasboas.
 Daniel Krueger.
 Mem de Sá.
 Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
 Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
 Gustavo Capanema — Relator.
 Afonso Arinos — Relator.
 Euzébio Paulo.
 Batista Ramos.
 Arnaldo Cerqueira.
 Filinto Müller.
 Ary Vianna.
 Cunha Mello.
 Coimbra Bueno.
 Juracy Magalhães.
 Bernardes Fiufo

Comissão Mista incumbida de sugerir medidas legislativas que regulem a organização político-administrativa, legislativa e judiciária da futura Capital da República.

SENADORES

Cunha Mello — Presidente.
 Gilberto Marinho.
 João Villasboas

DEPUTADOS

Brasílio Machado Neto — Vice-Presidente.
 Adauto Lucio Cardoso.
 João Macnado.
 Secretário — Mécio dos Santos Andrade.
 Auxiliar — Alva Lúcio Rodrigues.

ATA DA 121.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 14 DE OUTUBRO DE 1958

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES APOLÔNIO SALLES E FREITAS CAVALCANTI

Sumário

MENSAGEM

— n.º 1, do Sr. Vice-Presidente da República, solicitando autorização para se ausentar do País.

DISCURSOS PROFERIDOS:

Senador Apolônio Salles: Aplauso à iniciativa de «O Globo» pela publicação de um suplemento especial dedicado às nações americanas.
 Senador Paulo Abreu: Economia e finanças. — Inflação e custo da vida.
 Senador Lima Teixeira: Problemas da exportação açucareira.

ELEIÇÃO:

Eleitos para a Comissão Especial de Estudo dos Problemas Conseqüentes da Sêca do Nordeste do País: Senadores Ruy Carneiro, Gaspar Velloso, Arlindo Rodrigues, Reginaldo Fernandes e Jorge Maynard.

MATÉRIA VOTADA:

Requerimento n.º 372, do Sr. Onofre Gomes e outros Srs. Senadores, de inserção nos anais de voto de pesar pelo falecimento do Almirante Alvaro Rodrigues de Vasconcelos.

A 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Prisco dos Santos. — Waldemar Santos. — Leonidas Mello. — Onofre Gomes. — Fernandes Távora. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Apolônio Salles. — Novais Filho. — Ezequias da Rocha. — Freitas Cavalcanti. — Jorge Maynard. — Neves da Rocha. — Lima Teixeira. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivacqua. — Ary Vianna. — Moreira Filho. — Paulo Fernandes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Calado de Castro. — Gilberto Marinho. — Lino de Mattos. — Paulo Abreu. — Domingos Velloso. — Frederico Nunes. — Mario Motta. — João Villasboas. — Filinto Müller. — Gaspar Velloso. — Aló Guimarães. — Gomes de Oliveira. —

Francisco Gallotti. — Saulo Ramos. — (36).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 4.º Secretário, servindo de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Secretário, servindo de 1.º, dá conta do seguinte

Expediente

MENSAGEM N.º 1, DE 1958
 Gabinete do Vice-Presidente da República.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Tendo necessidade de ausentar-me do território nacional, para breve viagem, em caráter particular, aos Estados Unidos da América, e, eventualmente, a outros países, venho solicitar a necessária autorização do Congresso Nacional para esse fim, nos termos do art. 85 da Constituição Federal.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1958. — *João Goulart*.

A Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da presidência, que é assumida pelo Sr. Freitas Cavalcanti.

O. SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles, por cessão do nobre Senador Gomes de Oliveira, primeiro orador inscrito.

O SR. APOLÔNIO SALLES:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, ocupo hoje esta alta tribuna do Senado para fixar o meu aplauso a um acontecimento jornalístico que se reveste de suma importância para o Brasil e para a América. Refiro-me à iniciativa patriótica de *O Globo*, de condensar, num suplemento magnífico, a opinião de vinte e um países americanos, expressas pelos supremos magistrados de cada um deles, a respeito do que se convencionou chamar de Operação Panamericana. Em páginas preciosas, o suplemento especial que saiu à acolhida popular justamente no dia da Descoberta da América, traz a palavra de Presidentes de República, de Ministros de Estado, de estudiosos de alta conta, sobre o assunto mais importante dos últimos tempos, referentes à diplomacia continental.

Estudam-se nele, em suas faces mais atuais, o problema comum de todos os países americanos, analisado com autoridade e saber a conjuntura atual do continente, justificando-se em termos calorosos o traçado de um novo rumo para o panamericanismo, que precisa passar do litismo das altas concepções teóricas para a realidade da ação conjunta em combate ao subdesenvolvimento reinante.

O Sr. Atílio Vivacqua — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. APOLÔNIO SALLES — Com prazer.

O Sr. Atílio Vivacqua — Quero acrescentar às brilhantes palavras de V. Exa. os aplausos do Partido Republicano à iniciativa de *O Globo*, que representa uma das mais preciosas colaborações no sentido da fixação e esclarecimento dos rumos da política exterior do Brasil no Continente Americano.

O SR. APOLÔNIO SALLES — Agradeço o aparte do nobre Senador Atílio Vivacqua.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. APOLÔNIO SALLES — Com muito prazer.

O Sr. Mourão Vieira — Junto minhas palavras às do Senador Atílio Vivacqua, em apoio às declarações de V. Exa. Considero a iniciativa de *O Globo* essencialmente popular e elucidativa da opinião pública sobre o que se faz no País, principalmente no domínio das relações interamericanas.

O SR. APOLÔNIO SALLES — Agradeço o aparte do nobre Senador Mourão Vieira.

E tudo isto, em decorrência da iniciativa feliz, oportuna e corajosa do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Presidente brasileiro que arrastado pela sua vocação de realizador e de imenso número de subdesenvolvimento, não duvidou de procurar imprimir aos negócios diplomáticos do país uma nova feição de dinamismo, dignos mesmo, afoiteza criadora.

A carta do Presidente brasileiro figura na primeira página do suplemento, a carta histórica em que Sua Excelência lança um alerta à política Panamericana de punhos de renda, dirigido-se ao grande presidente dos Estados Unidos, em termos de indissolúvel cordialidade, mas também de irrecusável franqueza.

A resposta do presidente Eisenhower, figura também na primeira página, seguindo-se em ordem alfabética o pronunciamento de cada um dos presidentes dos países amigos, e de mais outras altas autoridades na política e na direção dos Estados americanos.

O suplemento especial da Operação Panamericana, editado no *"O Globo"*, não circulou somente no Brasil. Em todos os países amigos do novo mundo, no mesmo dia, em castelhano leram os nossos irmãos o suplemento do grande jornal brasileiro. Um esforço jornalístico imenso. Uma apresentação do alto nível da imprensa brasileira, sem par.

Não queria deixar sem um registro tal acontecimento. No emaranhado dos acontecimentos nacionais e internacionais que inquietam a todos, bem é que se resaltem gestos como este de uma organização jornalística brasileira. Não visou ela sucesso no orçamento da empresa. Não visou mesmo trazer para sua alta direção um motivo a mais de comprovação do acerto de sua atitude política. *"O Globo"* não será considerado um jornal da situação. O Suplemento realça a atitude decidida e eficaz do Presidente Juscelino Kubitschek que, por sua carta histórica, deu início ao movimento panamericano nos moldes que ora todos reclamam — uma política mais realista, menos sonhada, mais produtiva.

Louvo na pessoa do Dr. Roberto Marinho, cujas inquietações pelo destino do Brasil o colocam entre os jornalistas mais atuantes e mais patriotas, o vespertino, cuja iniciativa, em milhares de exemplares, circulou a 12 de outubro em todas as capitais do novo mundo despertando a opinião para o magno problema da solidariedade americana, em termos de combate conjunto, desistemoso e firme ao estancionamento econômico ao subdesenvolvimento, à pobreza e o atraso.

Bem compreendeu a alta direção de *"O Globo"*, o papel reservado ao Brasil, nesta hora de inquietação social, ameaçadora e iminente.

Esta Nação vasta e populosa que temos como Pátria, cujas fronteiras confinam com tantos países irmãos de passado glorioso e futuro promissor, não alimenta quaisquer propósitos de grupamentos ou de hegemonias. Ao invés, o que aspira e o por que se esforça é dar a sua contribuição valiosa para que, no novo continente por uma ação em comum, valente e rápida, se afastem ou diminuam os riscos da inquietação social que a fragilidade econômica pode gerar e promover.

As páginas do suplemento de *"O Globo"* trazem o pensamento dos mais autorizados líderes da América. Traduzem o pensamento unânime e a compreensão coletiva, de todos os países em tela.

Felicito, o Dr. Roberto Marinho e seus dignos companheiros que desinteressadamente e com tamanha eficiência, se dispuseram a cooperar na tarefa a que se chamou "Operação Pan-Americana".

Desta tribuna faço chegar ao conhecimento da Nação todo o meu aplauso à patriótica e alçada compreensão do brilhante órgão da imprensa brasileira, cuja iniciativa levará a seu crédito um dos maiores serviços prestados à causa soberana da unidade e prosperidade continentais. (Interrompendo a leitura).

Ressalto, ainda, no suplemento de *"O Globo"*, sua feição popular. Não é uma revista, não é um relatório nem mesmo uma edição laudatória; é uma colômbia sincera, feita por profissionais da imprensa, de alta responsabilidade, que andaram por todos os países americanos, ouvindo seus Ministros, seus Presidentes, colhendo, com fidelidade, o pensamento de cada um deles.

Se procurarmos analisar os pronunciamentos dos Presidentes Sul, Centro e Norte-americanos, encontraremos um pensamento unânime, uma diretriz única; todos consideraram necessário e indispensável o combate ao pauperismo, nesta terra tão promissora, que é a América. Todos acreditam, também, que não se pode combater o pauperismo unilateralmente. Se é preciso que cada País, dentro de seus propósitos específicos, organize programas locais, acima de tudo, é necessário que todos se convençam de que não haverá continente feliz dentro do qual existam Estados pauperizados e tristes.

Não se pode admitir um País rico com vizinho pobre, como dizia Delano Roosevelt. Esse o conceito que hoje predomina entre os líderes e dirigentes das Nações americanas.

Bem haja o Presidente Juscelino Kubitschek, que teve a idéia de escrever aquela carta memorável; bem haja o Presidente Eisenhower, com sua resposta tão pronta e solícita ao desejo do Presidente do Brasil; bem hajam todos os Presidentes americanos, que compreenderam que, nesta hora, os irmãos não podem desconfiar uns dos outros; têm que se unir num ideal comum de preservação da unidade continental e — quem sabe? — da civilização ocidental, que esta, sim, tendo um imenso acervo de realizações, não pode perecer à força da penúria e do sofrimento dos povos.

Oxalá a iniciativa de *"O Globo"* tenha essa compreensão; que os dirigentes do grande vespertino carioca recebam do Brasil e de todas as Nações americanas, que tiveram o ensejo de ler aquele suplemento, os merecidos aplausos pelo grande gesto patriótico, pelo grande gesto continental! (Muito bem; muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Paulo Abreu, segundo orador inscrito.

O SR. PAULO ABREU:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores: que abordar, hoje, o que considero o mais grave problema nacional no momento. Refiro-me ao recrudescimento do processo inflacionário. Ele está solapando as bases morais e econômicas sobre as quais se assenta toda a vida da coletividade brasileira. Sem dúvida, Sr. Presidente, a inflação gerada por um excesso dos meios de pagamentos em relação às

mercadorias produzidas, apresenta-se sobre a forma de uma alta contínua dos preços de todas as utilidades. Conseqüentemente, ela pressiona cada vez mais, especialmente as classes operárias de nosso País. Cada operário vê, Sr. Presidente, o seu ordenado mensal encurtar-se a sua família passar privações em conseqüência do desregramento monetário que nos domina.

Do outro lado, Sr. Presidente, a classe média sofre as mesmas conseqüências e diante das dificuldades que tem de enfrentar proletariza-se, perdendo os seus hábitos de poupança. A especulação, que é filha da inflação, cria na mente dos elementos mais jovens e, justamente, os mais ambiciosos, a idéia do lucro fácil e de aventura em grandes manobras de moralidade duvidosa. Assim, a pouco e pouco, a medida que a inflação cresce e se desdobra, os laços morais que sustentam as coletividades organizadas são dissolvidos, a honra e o valor pessoal são sobrepujados pelo dinheiro.

Sr. Presidente, a inflação, além de todos outros danos econômicos que infligem à Nação, causa-lhe males muito maiores, mais profundos, e mais duradouros, aquele que gera a dissolução dos padrões da honra e da moral na alma dos elementos mais jovens. Diante desses fatos urge que o Governo cuide, imediatamente, com maior seriedade e com a maior decisão, deste magno problema.

Entretanto, vejamos o que está acontecendo. Sabe-se que os fatores mais importantes do desenvolvimento da inflação no Brasil, são os enormes e persistentes deficits federais.

Sr. Presidente, revendo as finanças da União, desde 1940 a 1954, ou seja um período de 15 anos registramos que tivemos nesse período, quatro anos com *superavit*. Nos demais anos restantes, registraram-se deficits desde 500.000 milhões. Até o máximo registrado em um ano, isto é, em 1950 que foi de 4.200 milhões (4 bilhões e duzentos milhões). Porém nesses 15 anos a média registrada foi de 1.298.000 em números redondos. Entretanto, Sr. Presidente, eis o que registramos nos últimos dois anos. O orçamento da União apresentou deficits anuais de 33 bilhões de cruzeiros. E o recente relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Federal anuncia que, de novo, o ano de 1958 assistirá a um deficit de 33 bilhões de cruzeiros. O deficit acumulado, nestes últimos três anos, de 1955, 1956 e 1957 já atinge a fabulosa soma de quase 75 bilhões de cruzeiros e se a ele juntarmos o previsto para 1958 teremos um total de quase 110 bilhões de cruzeiros, importância provávelmente superior à arrecadação que se obteve em 1950.

O Sr. Atílio Vivacqua — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. PAULO ABREU — Com muito prazer.

O Sr. Atílio Vivacqua — Estou ouvindo com a maior atenção o discurso de V. Ex.ª, o qual versa, como acabou de dizer, sobre tema que considero dos principais dentro do nosso quadro econômico. Em primeiro lugar pediria licença para fazer uma ressalva, que não tem outro mérito senão o da minha convicção pessoal. Quanto à questão da inflação, por diversas vezes tenho repetido no Senado — e hoje com o apoio também de vários colegas — que no Brasil não há, propriamente, uma inflação no sentido

que V. Ex.^a conceitua: excesso de meios de pagamento em relação a utilidades e serviços. No Brasil há um encarecimento oriundo de diversos fatores. Um deles é a exigência crescente do consumo de população, que oferece dos maiores índices de ascensão do mundo. Temos, mais ou menos, dois e meio por cento de taxa crescimento demográfica. Não é só. Além disto, a população acompanha, em nosso país, as exigências e comodidades do progresso. As massas operárias, muito justamente, adquiriram, atendendo a reivindicações que todos apoiamos — novos direitos, novos níveis de salários e, também, novos níveis de consumo e de conforto. O mercado interno do Brasil é talvez dos que apresentam maior desenvolvimento neste último decênio. Temos realizado grandes obras públicas. As nossas arrecadações federais, estaduais e municipais, compreendendo as contribuições das autarquias e os ágio, são, creio, três vezes superiores ao montante de meio circulante. Temos falta de dinheiro, o que é evidenciado pelos astronômicos juros cobrados. Devemos levantar o ativo, isto é, do balanço que o Brasil realizou, através dessas emissões, nos seus quadros industrial, agrícola, de obras públicas, serviços etc. Como pretendemos permanecer com o mesmo volume da moeda se o volume de negócios se decuplicou, evidentemente exigindo maior soma de meios de pagamento. Daí meu apelo aos homens esclarecidos e estudiosos, como V. Ex.^a, no sentido de examinarem o problema econômico brasileiro não apenas dentro do quadro monetário. A moeda, hoje, não é expressão fiel de valor. Temos várias moedas. No campo externo, por exemplo, opera através das diferentes taxas cambiais.

O que há no Brasil é, sobretudo, encarecimento resultante de fatores antigos como a falta e a irregularidade dos transportes, os impostos excessivos, falta de crédito, natureza precária das mercadorias, falta de armazéns frigoríficos, e tantos outros fatores nada têm que ver com o volume da moeda. Tomemos o exemplo do feijão, a cem cruzeiros no Paraná e no Rio a mil cruzeiros, preços estes explicáveis pelos fatos aludidos. Quanto aos déficits orçamentários, é evidente e desejável uma boa ordenação financeira. Com a devida razão, entendendo devemos nos libertar do conceito de déficit, que determina verdadeira deformação da situação do Brasil. As Leis de Meios, entre nós, não representam política propriamente econômica. Os governos excedem os orçamentos; e os déficits são cobertos com créditos especiais ou sejam verdadeiros orçamentos paralelos. O que importa é verificar se os créditos orçamentários foram utilmente aplicados. O déficit pode ser até uma necessidade financeira. Os nossos déficits não têm o caráter sintomático dos desequilíbrios orçamentários de outros países. Não devemos esquecer o caso dos Estados Unidos, cujos orçamentos apresentam enormes déficits. Estes dependem das possibilidades de cada país. Os nossos déficits devem ser confrontados com o volume dos empenhamentos públicos que temos realizado.

Tomem deste modo, a liberdade de apartar V. Ex.^a, no sentido de pedir a colaboração do nobre colega para um reexame da doutrina monetária brasileira, desvirtuada — permitam-me V. Ex.^a, que repita — por esse conceito de inflação que considero, realmente, dos mais prejudiciais para o Brasil. Não temos inflação no sentido de excesso de meios de pagamento nem de desajustes monetários com encarecimento. São, desculpadas a V. Ex.^a por esta minha in-

terferência no seu discurso, que apreciação com a maior atenção. Prova disso foi o abuso que cometi com este aparte algo extenso.

O SR. PAULO ABREU — Muito agradeço as bondosas ponderações de V. Ex.^a.

Vou terminar meu discurso com a tese de que considero a inflação um déficit orçamentário exagerado.

Sr. Presidente, é mister que se atente para estas cifras! Um déficit anual, nos últimos três exercícios cerca de mais de 10 vezes superior à média dos verificados nos anos anteriores. Mais do que isso, somente em 1956 tivemos um déficit muito superior ao acumulado durante todos os quinze anos anteriores. Não é, portanto, de estranhar-se que a inflação tenha crescido. Suas consequências serão impressionantes e trarão certamente problemas imprevisíveis.

Sr. Presidente e Srs. Senadores: diante desses dados é inadiável que o Governo Federal ajuste, enquanto é tempo, as suas despesas ao total que pode arrecadar cada ano, adiando a execução de obras que não sejam absolutamente necessárias, a fim de que seja possível restabelecer a ordem moral e econômica do nosso País.

Porque, Sr. Presidente, governar é, antes de tudo, saber prever, para prever.

E como não há glória sem sacrifício — o povo sabe que para grandes males, só fortes remédios.

Estou certo, Sr. Presidente, que para nossa redenção econômica, não escaparemos de lágrimas, suor e sangue!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Paulo Abreu, o Sr. Freitas Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, reassumindo-a o Sr. Apolônio Salles.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Noveas Filho, terceiro orador inscrito. (Pausa.)

S. Ex.^a está ausente. Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, voltei há poucos dias da Bahia, onde fui cumprir meu dever, acompanhando meus amigos e votando. Tive, então, ensejo de entrar em contato mais íntimo com os homens que se dedicam à lavoura canavieira.

Hoje, no Brasil, quando tratamos do problema do açúcar, temos que levar em consideração dois fatores: o que diz de perto com a produção açucareira e o referente à situação dos plantadores de cana e dos trabalhadores rurais.

Reunem-se, no momento, em Genebra, representantes dos produtores de açúcar, que debatem assunto de sumo interesse para a economia açucareira — a conveniência ou não de o Brasil figurar no convênio de açúcar, do qual fazem parte cerca de dez países.

Como é do conhecimento de quantos se dedicam à agricultura canavieira, estamos com excedente de cerca de setecentas e cinquenta mil toneladas de açúcar. Até 1953 fazíamos parte desse convênio, do qual nos retiramos, para em 1958 concorrermos livremente no mercado externo. Estamos vendendo cerca de quinhentas e oitenta mil toneladas de açúcar, sem que fôssem necessá-

rios quaisquer entendimentos ou convênios. No ano subsequente conseguimos colocar nossos excedentes, mais de quatrocentas mil toneladas de açúcar. Em 1957, colocamos quatrocentas e oitenta mil.

Note-se que não fomos o exemplo dos produtores de açúcar de outros países para pleitear nossa entrada no convênio. Em virtude do Brasil concorrer livremente no mercado externo, criou sérios embaraços aos países tradicionalmente açucareiros. — Cuba, Haiti, Porto Rico, República Dominicana — que para aqui mandaram recentemente seus delegados, a fim de insistirem junto ao Governo brasileiro para que concordasse em fazer parte do Acordo.

Agora, Sr. Presidente, segundo notícias que me chegaram, há possibilidades de nosso país participar do ajuste com a quota de seiscentas mil toneladas de açúcar, ou sejam, cerca de 9% da produção mundial de excedentes.

Se assim for, serei dos primeiros a proclamar a conveniência da medida. Se, todavia, for permitida apenas a quota de trezentas mil toneladas, então não deveremos figurar no convênio, mas sim colocar-nos na posição daqueles que querem vender suas mercadorias, livremente, sem peias, fazendo a guerra competitiva de preços.

Diga-se de passagem — que o açúcar brasileiro é exportado ao preço de trezentos e sessenta cruzeiros a saca e, no mercado interno, cotado a quinhentos e sessenta. Perdenos, praticamente, duzentos cruzeiros em unidade exportada. A despeito dessa circunstância, a diferença é coberta pelos ágio cambiais. Mesmo assim, perto de sessenta milhões de dólares obteve o Brasil em divisas com as exportações.

Feitas estas considerações, passo a apreciar a situação do produto no mercado interno.

Verificamos — e aqui vai a minha crítica construtiva ao Instituto do Açúcar e do Alcool — a necessidade de reequipamento. Existem no Norte e no Nordeste usinas antiquadas, com rendimento industrial precaríssimo, em contraste com as fábricas e centrais existentes no Estado de São Paulo.

Outras há, no Estado de Sergipe, cujo rendimento por tonelada é na razão de 70 quilos.

Uma usina com a extração industrial dessa ordem, irrisória, só pode deixar prejuízo, ou ser anti-econômica.

Encontramos, entretanto, em São Paulo, usinas de açúcar com um rendimento industrial de 110 quilos por tonelada. Veja V. Ex.^a a disparidade entre o Norte e Nordeste do Brasil e o Sul; São Paulo, hoje, é o maior produtor de açúcar do país. Espera-se alcançar, naquele Estado, uma produção de vinte e dois milhões de sacas, equivalente à de todos os Estados do Norte e Nordeste, e cerca de metade da produção total do Brasil.

Se levamos em conta a ação desenvolvida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, chegaremos à seguinte conclusão: não tem havido por parte dessa autarquia um trabalho bem planejado, no sentido de promover o reequipamento das usinas de açúcar, sobretudo das do Norte e Nordeste. Não houve, igualmente, o cuidado de pleitear do Poder Legislativo, através de mensagem do Poder Executivo, o aumento da taxa de defesa, do açúcar que ainda persiste na base de ... C\$ 310 por saca. Instituída no ano de 1936 quando o açúcar se cotava a mais ou menos C\$ 38 00. Faz-se mister atualizá-la. O Instituto do Açúcar e do Alcool precisa de recursos para promover, quanto antes, o

reequipamento das usinas de açúcar. Basta um pequeno cálculo para se ter idéia de quanto representaria se a taxa variasse em função do preço do produto. Se tivesse seguido o aumento do preço do açúcar, ela seria de trinta e oito cruzeiros por saca e não de três cruzeiros e dez centavos. O Instituto arrecadaria mais de um bilhão de cruzeiros, importância que constituiria o necessário para promover o reequipamento das usinas de açúcar.

Se esse é um aspecto que o Instituto do Açúcar e do Alcool não tem levado em consideração, há outro, o da assistência social ao trabalhador rural, de que não se tem ocupado com maior intensidade. Não é exagero dizer-se que poucos são os Estados produtores de açúcar, exceto os do sul, que possuem ambulatórios e hospitais e dão assistência aos trabalhadores rurais.

Quem conhece o Estatuto da lavoura canavieira sabe que, pelo seu art. 144, foi criada uma taxa, também não atualizada — uma vez que esse estatuto data de 1941 — que incide sobre a tonelada de cana e é ainda de um cruzeiro, e se subdivide da seguinte maneira: cinquenta centavos para financiamento das cooperativas, quarenta centavos para melhoramento das condições de vida do trabalhador rural, e dez centavos para manutenção das associações rurais.

Sr. Presidente, como é possível no Instituto do Açúcar e do Alcool proporcionar assistência social aos trabalhadores rurais com uma taxa cobrada na base de quarenta centavos? Já deveria ela ter sido atualizada como aquela outra da defesa do açúcar. São os próprios lavradores de cana que o desejam a fim de que possam ser construídos ambulatórios, prestados serviços não só farmacêuticos, odontológicos como serviços médicos em geral. Que vemos, então? A Bahia, quinto Estado produtor de açúcar só dispõe de um ambulatório. E com que esforço o conseguiu! Desta tribuna quantas vezes reclamei para que fosse levada a efeito a construção de um ambulatório. Feliz é o Estado de V. Ex.^a Sr. Presidente, Pernambuco, que tem vários ambulatórios e alguns hospitais. É verdade que com justiça, pois se trata de grande unidade produtora de açúcar. Não sei, Sr. Presidente, se Sergipe tem algum ambulatório, talvez um apenas. Quanto seria fácil ao Instituto do Açúcar e do Alcool proporcionar a criação de vários ambulatórios e hospitais para assistência social ao trabalhador rural, se fosse cobrada uma taxa mais alta incidindo sobre a tonelada da cana! Não tem havido nenhum cuidado necessário por parte dessa autarquia administrativa.

Deveria ela ainda promover por todos os meios também o auxílio ao lavrador, para irrigação, adubação dos terrenos e melhoria da produção, contribuindo assim para o barateamento do custo. Um dos fatores principais para se alcançar tal objetivo é a mecanização da agricultura. Quem percorre o Norte verifica o atraso tremendo em que se encontra a lavoura canavieira. Ainda se utilizam os mesmos processos rotineiros de há cinquenta ou cem anos. Até porque Sr. Presidente raro é o produtor de cana do Norte e do Nordeste que pode adquirir um trator, pelo preço astronômico por que é vendido. Por mais modesto que seja seu tipo, vai a mais de seiscentos mil cruzeiros, assim mesmo, sem estar equipado com os implementos necessários para o trabalho de agricultura.

O lavrador, portanto, está impossibilitado de adquirir máquinas agrícolas. Assim o ideal seria o Instituto do Açúcar e do Alcool dar-lhe assistência, organizando patrulhas moto-mecanizadas nos Estados, as quais mediante taxa módica, por área de terra revolvida contribuiria

para o Larateamento da produção, cujo custo é muito elevado.

As usinas oferecem rendimento industrial baixo; assistência a lavoura praticamente não existe, cuidados especiais referentes à adubação e irrigação também o Estado não se proporcione. Como, portanto, pode o Brasil produzir açúcar barato, capaz de concorrer com Cuba ou qualquer outro País, senão através do produto gravoso, vendido no mercado externo, à razão de Cr\$ 360,00 a saca e, no interno a Cr\$ 570,00?

Competia Sr. Presidente, ao Instituto do Açúcar e do Alcool possibilitar a melhoria da maquinaria das usinas e os processos de cultura tornando aos agricultores meios de incrementar a produção barateando-lhe, ao mesmo tempo, o custo. Porque assim não tem agido, encontramos em grave crise, a qual não é maior porque São Paulo se preparou convenientemente para produzir como ocorre atualmente, mais do que todos os Estados do Norte reunidos. Talvez em data não muito longínqua o grande Estado de São Paulo se transformará no único produtor de açúcar no Brasil. Vemos ali o abandono da lavoura do café para se plantar a cana de açúcar e o Paraná produzindo mais café que São Paulo. Lavoura tradicional do Norte e do Nordeste desaparece para se fixar no Sul do País, ocasionando desequilíbrio, que só trará malefícios à economia brasileira.

Sr. Presidente é tempo de se fazer a revisão nas bases da economia açucareira, promovendo-se estudos e planejamentos que dêem ao Instituto do Açúcar e do Alcool recursos suficientes ao remodelamento do equipamento das usinas do Norte e a organização de patrulhas moto-mecanizadas, a fim de que a cultura tradicional da cana de açúcar volte aos tempos áureos, ou pelo menos, se faça o equilíbrio entre as diversas regiões produtoras.

Se a lavoura canavieira desaparecer do Nordeste o Estado mais prejudicado será o de V. Ex.^a, Sr. Presidente, porque Pernambuco não está convenientemente preparado para diversificar sua economia.

Sr. Presidente, ao tecer estas considerações, dirijo apelo ao Sr. Gomes Maranhão Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, para que S. S.^a promova o quanto antes, a revisão da política açucareira no Brasil, dando-lhe outro sentido e orientação. Do contrário, repito, assistiremos, constrangidos, em tempo não muito distante, ao desaparecimento da lavoura canavieira no Norte e no Nordeste. Carinhamos a passos largos, para uma séria transformação: o Estado de São Paulo, tradicional plantador de café, abandonará a lavoura cafeeira e passará a plantar mais cana de açúcar, ocasionando desnível prejudicial entre o Norte e o Sul do País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.^o Secretário. E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 372. de 1958

Requeremos, na forma do disposto no art. 125, parágrafo único, letra b, do Regimento Interno, a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Almirante Alvaro Rodrigues de Vasconcelos, que com dignidade e brilho representou o Estado do Ceará na Câmara dos Deputados e que acaba de desaparecer após uma existência cheia de serviços ao Brasil e à Armada.

Requeremos, igualmente, sejam apresentadas condolências à família.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1958. — Onofre Gomes. — Fernandes Távora — Ruy Carneiro — Mourão Vieira — Neves da Rocha — Arlindo Rodrigues — Caiado de Castro — Waldemar Santos — Francisco Gallotti — Jorge Maynard.

O SR. PRESIDENTE:

Será inserto nos Anais do Senado o voto de pesar.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Eleição da Comissão Especial de Estudos dos Problemas Consequentes da Seca do Nordeste do País (criada em virtude do Requeriment. n.º 369, de 1958, do Sr. Senador Parsifal Barroso, aprovado na sessão de 10 do mês em curso).

O SR. PRESIDENTE:

Suspendo a sessão por cinco minutos para que os Srs. Senadores possam munir-se das cédulas. (Suspende-se a sessão às 15 horas e 33 minutos, e reabre-se as 15 horas e 38 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a Sessão. Vai-se proceder à chamada para a votação.

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SEGUINTE SRS. SENADORES:

- Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Prisco dos Santos — Waldemar Santos — Leônidas Mello — Onofre Gomes — Fernandes Távora — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Jorge Maynard — Neves da Rocha — Lima Teixeira — Atílio Vivaqua — Ary Vianna — Moreira Filho — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Paulo Abreu — Domingos Velasco — Frederico Nunes — João Villasboas — Pinto Müller — Alô Guimarães — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Saulo Ramos — (32).

São recolhidas trinta e duas cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

- Ruy Carneiro — 32 votos; Gaspar Velloso — 32 votos; Arlindo Rodrigues — 31 votos; Reginaldo Fernandes — 32 votos; Jorge Maynard — 32 votos; Francisco Gallotti — 1 voto.

O SR. PRESIDENTE:

Proclamo eleitos membros da Comissão Especial de Estudos dos Problemas Consequentes da Seca no Nordeste do País os nobres Senadores Ruy Carneiro, Gaspar Velloso, Arlindo Rodrigues, Reginaldo Fernandes e Jorge Maynard.

Discussão única do veto n.º 6, de 1958, do Sr. Prefeito de Lei Municipal n.º 86-E, de 1955, que traça normas sobre cursos de auxílio de enfermagem e dá outras providências, tendo Parecer, sob n.º 326 de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do veto.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o veto. (Pausa). Nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação do veto, que deve ser secreta, será feita pelo sistema mecânico. Os Senhores Senadores ocupa-

rão seus lugares e aguardarão o momento de votar, quando, então, permitirão o bofão correspondente ao seu voto. O bofão sim aprova o veto e o bofão não, rejeita-o. (Pausa).

Passa-se à votação.

Queiram os Senhores Senadores votar. (Pausa).

Votaram sim 28 Senhores Senadores e não votou 1.

Não há número.

A votação do veto fica adiada para a próxima sessão.

Nada mais havendo que falar, e não havendo orador inscrito para esta oportunidade, vou encerrar a sessão.

Designo para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 15 de Outubro de 1958

1 — Votação, em discussão única, do veto n.º 6, de 1958, do Sr. Prefeito do Distrito Federal a dispositivos do Projeto de Lei Municipal n.º 86-E, de 1955 que traça normas sobre cursos de auxílio de enfermagem e dá outras providências, tendo Parecer, sob número 326, de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do veto.

2 — Discussão única da redação final do Projeto de Lei do Senado número 13, de 1958, que outorga a regalia de prisão especial aos Oficiais da Marinha Mercante (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 325, de 1958).

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 55 minutos.

TRECHO DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR GOMES DE OLIVEIRA, NA SESSÃO DE 13 DE OUTUBRO CORRENTE, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAIDO COM INCORREÇÃO.

Meu Partido não terá nesta Casa um representante catarinense; mas, representantes de outros Estados aqui virão suprir, com vantagem, meu afastamento. O Partido Trabalhista terá no Senado, igual ou maior número de membros do que atualmente.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR LIMA TEIXEIRA, NA SESSÃO DE 13 DE OUTUBRO CORRENTE, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAIDO COM INCORREÇÕES.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, fui dos primeiros a felicitar o Sr. Juscelino Kubitschek, quando Sua Excelência tomou a deliberação de, em carta ao Sr. Dwight Eisenhower, solicitar revisão na política Pan-Americana.

Em verdade, o Supremo Magistrado da Nação, auscultando o pensamento dos países latino-americanos, entendeu de urgente necessidade medida proposta ao Governo da grande República do Norte.

A missiva do Presidente do Brasil logrou a repercussão, que era de se esperar. Em pouco tempo chegava ao Rio de Janeiro o Sr. Foster Dulles, que, em reunião efetuada em Brasília, com o comparecimento dos

Embaixadores sul-americanos, manifestou, em nome do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, o propósito de levar em consideração a proposta do Sr. Juscelino Kubitschek, Patenteou, outrossim, o pensamento unânime dos países sul-americanos em encontrar um meio de combater o pauperismo e proporcionar recursos às Nações subdesenvolvidas.

Agora, entretanto, anunciam os jornais — e ainda hoje "O Globo" notícia — que o emissário do Presidente Eisenhower ao Brasil, Sr. Roy Rubottom, declarara, em discurso proferido no Conselho dos Estudantes Latino-Americanos de Califórnia, que:

"Ao considerar os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, especialmente o capítulo do capital necessário nenhuma ajuda externa seja de fontes privadas ou públicas, será verdadeiramente eficiente na consecução de uma economia sólida, se não for acompanhada de uma política econômica racional e firme de fato. A responsabilidade dos remédios para resolver os problemas econômicos descansa nos próprios países atingidos, e tudo quanto podem fazer os Estados Unidos da América do Norte é proporcionar alguma assistência".

Sr. Presidente, o discurso do Sr. Roy Rubottom provocou, como era natural, uma atitude de expectativa e, ao mesmo tempo de surpresa para todos os países da América Latina, interessados na boa harmonia e no entrosamento dos objetivos que determinaram a Operação Pan-Americana. Os propósitos manifestados pelo Presidente da República do Brasil de estreitamento das relações de boa compreensão dos países deste hemisfério visavam, sobretudo, a amenizar a posição do Vice-Presidente Richard Nixon quando de sua visita a vários países da América do Sul, o que não deixava de ser interpretado como o descontentamento da política pan-americana até então seguida. Logo, não seria de se admitir que o Sub-Secretário de Estado, que foi, aliás, o portador da carta do Presidente Eisenhower ao Presidente Juscelino Kubitschek, viesse agora não concordar o indispensável apoio dos Estados Unidos da América do Norte para a criação do Banco Interamericano, ou seja proporcionar assistência financeira aos países subdesenvolvidos.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que essa declaração não pode ser levada a sério porque talvez sua tradução não seja fiel, em vista do encaminhamento e da solução que vem sendo dada à operação pan-americana, recentemente levada a efeito em uma das reuniões em Washington, da qual participaram todos os países latino-americanos

O Sr. Gomes de Oliveira — Devemos procurar acreditar que a tradução não seja bastante fiel, e que o pensamento aí expresso não difira daquele que temos ouvido de autoridades americanas no Brasil; como o Sr. Roy Rubottom, estamos dentro da orientação do Presidente Juscelino Kubitschek, na expectativa de que as negociações até hoje realizadas não fracassarão. Não de dar, realmente, os resultados que nós, do Brasil, e os demais povos americanos esperamos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Sr. Presidente, o nobre Senador Gomes de Oliveira deixa bem claro que não seria possível que o Sr. Roy Rubottom pudesse dar uma guinada de cento e oitenta graus nas declarações que antes aqui fizera e nos propósitos alimentados pelos países la-

tino-americanos, o que nos faz crer que o seu discurso, perante os estudantes, não teria sido bem interpretado, ou a tradução não teria sido fiel. Não seria de acreditar, nesta altura em que a operação pan-americana marcha para pleno êxito, pudesse um homem da responsabilidade do Sr. Rubottom fazer uma de-

claração que se poderia constituir no fracasso completo da esperança alimentada pelos países sul-americanos.

Assim, Sr. Presidente, aguardarei por mais algum tempo declarações peremptórias, a fim de que possa desta tribuna — se fôr o caso — levantar meu protesto diante dos an-

seios dos países sul-americanos e dos propósitos que nortearam o Presidente Juscelino Kubitschek para levar a efeito a operação pan-americana, que teria como objetivo — e creio terá — o combate ao pauperismo e os meios com os quais possa extinguir o subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Sr. Presidente, tenho esperança — e quase certeza — de que as declarações desse ilustre representante dos Estados Unidos da América do Norte, Sr. Rubottom não sejam verdadeiras e tenham sido apenas mal interpretadas ou mal traduzidas. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).